

Déficit de São Paulo é de Cr\$ 1,5 bilhão

São Paulo — O Governador Paulo Egidio Martins revelou que a execução orçamentária do Estado registra, no momento, um déficit da ordem de Cr\$ 1 bilhão 500 milhões, mas considerou que esta cifra é insignificante, não chegando a 4% do montante orçamentário, que se aproxima de Cr\$ 50 bilhões.

Lembrou que este déficit é um quadro atual, mas que será reduzido substancialmente até o final do exercício, ponderando que, no ano passado, ele não excedeu a Cr\$ 800 milhões. Para o próximo exercício, o orçamento em elaboração, que será encaminhado à Assembléia em 30 de setembro próximo, seguirá a mesma sistemática do Governo federal, isto é, será extremamente rígido, no que diz respeito às despesas correntes e investimentos mínimos e complementado com a criação de fundos a exemplo também do que existe no plano federal. Com esta estratégia ele admite, até, que possa ampliar os investimentos no curso da execução orçamentária, lançando mão dos fundos disponíveis.

Endividamento

O Governador Paulo Egidio recusou-se a comentar as recentes afirmações do Ministro Reis Veloso quanto à capacidade de endividamento do Estado, dizendo que o Governo paulista não pleiteou nenhum empréstimo e que, portanto, não cabe a observação. "Quando eu for pedir alguma coisa, e me for negado, aí então verei o que fazer" — disse.

Acrescentou que "a capacidade de contratação de empréstimos do Estado é praticamente ilimitada", explicando que cerca de 70% da atual dívida externa de São Paulo refere-se a administração indireta, e que as empresas responsáveis por ela, como a CESP e a Sabesp, têm extrema capacidade de liquidez, que permite a obtenção de novos recursos sem precisar, sequer, do aval do Tesouro do Estado.

Obrigações

O Governador confirmou que o Estado deverá emitir cerca de Cr\$ 7 bilhões 500 milhões em Obrigações Reajustáveis, mas que poderá, inclusive, não chegar a este montante, previsto no orçamento. Ressalvou que estas Obrigações serão absorvidas pelos organismos financeiros oficiais e que talvez só uma pequena parcela seja lançada no mercado. Os mecanismos para esta absorção, segundo frisou, estão sendo estudados de comum acordo entre o Estado e órgãos federais.

Chamou a atenção para a colaboração que o Governo federal vem prestando a São Paulo, especialmente no âmbito do financiamento interno, citando que a União, através do BNH, acompanha em igualdade de condições cada cruzeiro que o Governo paulista investe em saneamento.